



A MONARQUIA – Bissemanário publicado em Lisboa, ao longo de 13 números, entre 25 de Janeiro e 10 de Março de 1916, ao preço unitário de 20 réis. Tinha escritórios (provisórios, do primeiro ao último número) na Rua de Alcântara, n.º 41, 1.º Esq., junto da tipografia “A Polycomercial”, onde era composto e impresso. Em homenagem à causa que lhe dava título, foi impresso a azul até ao n.º 6, quando por falta de boa tinta daquela cor passou ao uso de letra preta. Este número (de 11 de Fevereiro de 1916) teve tiragem de 10.000 exemplares¹.

Natureza e contexto editorial

Jornal monárquico (com pendor anti-liberal) e católico, era órgão de doutrina e comentário, mais do que noticioso, dando continuidade à acção panfletária de **Astrigildo Chaves** (Évora, 1886 – Lisboa, 1926), seu proprietário, director e editor. Este, tendo iniciado actividade de propagandista do lado republicano (colaborou n’*O Radical* e n’*A Vanguarda*, publicou em 1907 o folheto *Crimes dos Brigantinos : o fuzilado do Porto, verberações de um revoltado* e, em data incerta, *Prosas vermelhas*), veio a desiludir-se no turbilhão do regicídio e a alinhar pela reacção monárquica. É o próprio que descreve a sua “transfiguração” política, em excerto de livro apreendido (e ausente da sua bibliografia), *Memórias do cárcere*, composto na esquadra das Mónicas a 16 de Setembro de 1911:

«Eu era adversário da Realeza... Produto do meio em que consumira a adolescência, p’ra onde me arrojara um fado cruel, uma dor imensa que me não é dado contar, a minha compleição sentimental e vibrátil tornou-se, em breve, pasto das doutrinas revolucionários [sic]. Seis anos andei transviado pelas veredas escuras, ao cabo das quais me parecia relampejar uma sarça ardente... Eu era adversário da Realeza: mas só o horror que desde então me inspiram os mais adversários, o contacto nauseante com assassinos e matulões anti-sociais, depressa me chamou à realidade das coisas. Troquei a “Conquista do Pão” pelas “Origines” de Taine.»²

Passa então a defensor da causa monárquica, tendo estado envolvido na incursão de Outubro de 1912 e publicando *A Neta do Gama : no Aljube : D. Constança Teles da Gama* (1912), *A Caminho da revolta! : verberações de um revoltado* (poemas, 1914?), *2.ª Carta à Nação, sobre a traição da canalha integralista à Pátria e ao Rei* (1915), *Os Crimes da quadrilha democrática* (em data incerta). Anunciava-se, nas páginas de *A Monarquia*, a publicação para breve de dois volumes da sua autoria, sob o título genérico de *A Loucura jacobina*, respeitantes a *Um Bragança não foge!* (1.ª parte) e a *O Massacre do Tenente Soares* (2.ª parte). Em 1915 dirigiu o jornal *A acção nacional : pol a lei & pol a grei* (15 números entre 30 de Janeiro e 8 de Maio) e deu ao prelo dois

¹ Cf. n.º 8, de 18 de Fevereiro de 1916, p. 3.

² Astrigildo Chaves, “De um livro apreendido : em que se evoca o regicídio”, in *A Monarquia*, n.º 4, de 4 de Fevereiro de 1916, pp. 4 e 5.

números do folheto *O Espectro* (a 20 e 30 de Agosto). Aliás, para não defraudar os seus leitores (“correligionários”), a brevidade de publicação de *O Espectro* foi compensada com o crédito da assinatura daquele, que se transferiu para *A Monarquia*. Depois deste, a carreira jornalística de Astrigildo Chaves haveria de se prolongar em colaboração no semanário literário e teatral *A Crítica* (dir. Assis Esperança, Lisboa, 18 números, entre 19 de Novembro de 1917 e 25 de Março de 1918) e no número único do jornal monárquico *A Voz pública* (Lisboa, 19 de Setembro de 1921), de que foi redactor principal.

Colaboração

Escasso e irregular de colaboradores, *A Monarquia* parecia suster-se da prosa do seu director (raramente assinada) e do mais frequente nome a aparecer nas suas páginas: **Arménio Monteiro** (ca. 18--). Autor de *Contos da carochinha* (1912, 1914), *Coimbra em fralda* (1916) e *Conselheiro Dr. António Teixeira de Sousa* (1937), fora colaborador literário no semanário monárquico *Papagaio Real*, de 1914. Revelou neste jornal trechos de um livro a publicar, *Ultimatum*³. De resto, registre-se a colaboração pontual de Mécia Mousinho de Albuquerque (1870-1961; poema “Horrrível sombra!...”, contra o ateísmo e o livre-pensamento, no n.º 2), Vicente Arnoso (1880-1925; poema, por “amável deferência” do autor”, no n.º 2) e Joaquim Saraiva de Carvalho (“Indisciplina Social”, no n.º 10). As iniciais A. L. subscreviam pontualmente artigos, e um *Mac* assinava a coluna “Do Galinheiro”, além de artigos dispersos. Uma escassa rede de correspondentes foi-se estabelecendo ao correr dos números: Águeda, Carcavelos (M. A. Oliveira), Coimbra, Guimarães, Lamego, Mafra (António de Camarate), Meda, Penafiel, Penela, Porto, Valbom e Vila do Conde (a maior parte anónimos, muitos sob pseudónimo).

Houve também espaço a que “correligionários” publicassem prosa nas páginas d’*A Monarquia*, correspondendo ao repto editorial de conglomerar opiniões favoráveis à causa real: o Dr. Martins Grilo (médico em Alcântara, “colaborador” e, depois, anunciante no jornal), Alfredo Ferreira, João Pereira e César A. de Oliveira (do Porto).

Relações de imprensa

Pela sua natureza e posicionamento político, não é de estranhar que *A Monarquia* causticasse a imprensa republicana, particularmente o jornal *O Mundo*. Da mesma forma, esta publicação estabeleceu laços cordiais com periódicos similares no registo ideológico, como foram o caso de *O Dia*, *A Liberdade* (católico, do Porto), *A Ordem*, *A Soberania do Povo de Águeda*, *A Comarca de Arganil*, *O Bussaco*, *Porto Crítico*, *O Beirão* (de Castelo Branco), *Ecos da Raia* (de Monção) e *A União* (republicano evolucionista do Porto) — saudando-os, agradecendo-lhes visitas à redacção e permutando exemplares. Enalteceu também homens da imprensa como Joaquim Leitão e Alfredo Pimenta.

³ Arménio Monteiro, “Ultimatum : de um livro em preparação”, in *A Monarquia*, nº 9, de 22 de Fevereiro de 1916, p. 4.

Organização gráfica e paginação

Do primeiro ao último número, *A Monarquia* manteve-se constante nas suas 8 páginas a três colunas. Na primeira página, sempre, apenas ilustração com figuras gradas da causa monárquica, quase exclusivamente a família real (D. Manuel II, D. Carlos, D. Luís Filipe — em lembrança contínua do regicídio —, D. Amélia, Infante D. Afonso). Houve aqui apenas excepções para contrastes trocistas entre João de Azevedo Coutinho e Teixeira de Sousa (ao n.º 2, elevado um ao “Capitólio” e condenado o outro à “Rocha Tarpeia”), e de João Franco e Ferreira do Amaral (ao n.º 10, “dois presidentes do Conselho de Ministros históricos”, obviamente por razões distintas); e para a homenagem a José Luciano de Castro (ao n.º 13). Só neste último número uma notícia apareceu na 1.ª página: a da declaração de guerra da Alemanha a Portugal. A última página foi sempre reservada a publicidade à tipografia “Policomercial”, onde era feito o jornal (de início ocupando toda a página, depois recuando só para meia).

As páginas interiores ancoravam-se nas secções fixas “Do Galinheiro” (assinada por *Mac* e dedicada ao comentário anti-republicano de actualidades), “Ecos & Comentários” (noticiário breve e diverso, não assinada), “High-Life” (não assinada, dedicada a eventos sociais) e “Lá por fora : ecos da guerra – diversos” (noticiário do conflito). A estas secções foram-se juntando “rúbricas” temáticas que se prolongavam de número em número (“O Livro Pimenta de Castro”, “Organização Monárquica”) e “folhetins” políticos (“Como eles começaram”, “Questões partidárias”), além da coluna de correspondentes, incerta e de extensão variável.

Neste modelo rígido e quase permanente, em que a publicidade era muito escassa (apenas anúncios a obras literárias dos autores da casa, ao consultório do “correligionário” Dr. Martins Grilo), os únicos elementos dissonantes (com uso de caixa alta e negritos) eram esporádicas notícias de impacto, chamadas de atenção a questões relacionadas com o jornal e avisos.

Programa

O “Programa” estrito d’*A Monarquia* foi publicado na segunda página do n.º 1. Óbvio (em vista do título que já era programático) e muito vago, nele se lia:

«Sua majestade Afonso Costa, ao ler no parlamento o discurso da coroa, falou largamente das reformas necessárias na pública administração, somente se esquecendo de indicar como indispensável para tudo isso a reforma do regime...

É ao que vimos: propôr aos nossos concidadãos a reforma do regime.

De facto [...], a primeira, a mais essencial de todas as reformas, a que não pode sofrer delongas para que a salvação da metrópole possa ainda ser um facto, é a reforma do regime.

E note-se que dissémos a salvação da metrópole, o que mostra a convicção em que estamos de que as colónias têm a sorte já determinada...»

As restantes matérias das páginas 2 e 3 desse número inaugural são bastante mais concretas sobre o carácter programático d’*A Monarquia*. Desde logo, a proclamação que inicia a página 2, antecedendo o próprio “Programa”:

AO PAIZ

Segundo o “TIMES”, o governo português de 1914, presidido pelo actual sr. Presidente da Republica, propôz, offereceu, ao governo inglez a ida de um corpo expedicionario português para a guerra.

O sr. dr. Alexandre Braga no banquete de S. Carlos disse que a nossa abstenção no medonho conflictio era— um sacrificio.

Em complemento, e de forma mais esclarecedora, segue-se um artigo nas páginas 2 e 3, intitulado “1916 : ano de pesadelo e de libertação”, no qual, à maneira de almanaque, se faz um prognóstico para o ano em curso, sob o signo de Marte (guerra):

«[...] O que de mais claro leio no horóscopo do ano: - o triunfo inadiável das monarquias! Vença lá quem vencer, Guilherme II ou Jorge V. Mas Monarquias a valer, retomada a corrente pura da doutrina, que a Grande Revolução cortara [...]. Quer dizer: Reis ungidos de direito divino substituirão os *reis liberais* e os chefes de Estado a *curto prazo*. [...]

Porque o triunfo das Monarquias arrancará de vez as sarças e os cardos que não deixam frutificar em toda a sua plenitude exuberante a seara dos Estados.

O extermínio completo da Maçonaria será o facto culminante da era, — a perfeita libertação dos escravos modernos, a maior conquista da humanidade. Daqui resulta a morte do livre-pensadeirismo [*sic*] e a reconstituição da Família. A destruição da hedionda vingança judaica, fomentando a desordem por todo o mundo com o seu oiro, e o restabelecimento da Ordem. A anarquia expulsa pela Lei, o vício revolucionário pelo Trabalho. [...]

Ai das repúblicas! têm os seus dias contados... e felizes dos povos que souberem amar os Reis.

Deus Super Omnia...»

Portanto, um programa que visava a restauração monárquica em moldes pré-liberais, respaldada numa guerra que, independentemente das facções em confronto e dos vencedores, se saldaria pelo triunfo monárquico, erradicando a República e a Maçonaria, fontes da anarquia. A esta luz, recusava-se a participação de Portugal na guerra, vista como expediente de legitimação do regime republicano e sua possível solução de continuidade. A perda das colónias era vista como dado adquirido. De passagem, expressava-se um anti-semitismo que foi corrente à época.

Linha editorial

O tempo de publicação d'*A Monarquia* foi marcado, na realidade nacional, pelos ecos ainda vibrantes da ditadura de Pimenta de Castro, pelo precipitar da entrada de Portugal na Grande Guerra, pela decomposição do ministério Democrático e pela procura de uma solução governativa “abrangente” que desembocaria na “União Sagrada”. Foi neste quadro real que o programa enunciado pelo jornal de Astrigildo Chaves se procurou concretizar. Assim, entre estas balizas real e programática, *A Monarquia* prosseguiu três linhas editoriais claramente marcadas e interligadas entre si:

1) Na base, um ataque cerrado à República, mediante o comentário corrosivo e a crítica permanente a toda a actividade republicana, lastimando a anarquia e decadência da ordem. Feita ordinariamente na secção “Do Galinheiro” (assinada por *Mac*), autonomizou-se em notícias ou colunas *ad hoc* sempre

que o tema proporcionava tratamento mais extenso: foi o caso do incêndio no Depósito de Fardamentos (aos n.ºs 1 e 5) e das revelações contidas no livro apreendido de Pimenta de Castro (n.ºs 2, 3, 6, 7, 8, constituindo coluna titulada “O Livro Pimenta de Castro” e transcrevendo-se mesmo os trechos “mais significativos”). O ataque a figuras republicanas era também comum, mas teve especial incidência para com António Macieira e Alexandre Braga (“Como eles começaram!”, folhetim em 6 partes que se prolongou do n.º 5 ao n.º 10), Leote do Rêgo (artigos nos n.ºs 7 e 8), José do Vale (“Comuna de Lisboa”, no n.º 8) e, obviamente, Afonso Costa, muito criticado em virtude da sua política face à guerra, e do qual se chega a dizer, em artigo intitulado “O Povo não perdoa, Afonso!” (n.º 10):

«Judengo ávaro, desalmado, cúprico, — vindo ao mundo mais talhado para algi bebe que para doutor, — quis o Demónio que um dia te encontrasses senhor feudal da nossa pátria. Mal a apanhastes nas tuas garras de unhas recurvas, alçaste-a nos braços felpudos de beirão, e nervos fremissantes, olhos chispantes de luxúria e de cobiça, correste a violar o precioso fardo, em satiríase selvagem, sobre o balcão da tua casa de negócio. Que tesouro virginal inigualável!»

2) A consolidação da causa monárquica e a sua estruturação partidária em moldes operativos. Constatada a debilidade orgânica do campo monárquico (e a inutilidade do Centro Monárquico de Lisboa), procurou este jornal lançar propostas e abrir o debate com vista à articulação de correligionários num movimento nacional. Fê-lo, essencialmente, através da rubrica “Organização monárquica : um inquérito” (n.ºs 4, 5, 7, 8, 11 e 13), impulsionada por Astrigildo Chaves e Arménio Monteiro a instâncias de Martins Grilo. Sem grande sucesso: se nos primeiros números este grupo conseguiu articular algumas propostas e mesmo um esboço de articulação organizativa, a continuação da rubrica com a participação de “correligionários” (Alfredo Ferreira, João Pereira e César A. de Oliveira) descambou em recriminações e ausência de propostas. Esta rubrica, que se propunha de debate e coesão, foi complementada por outra, concorrendo para o mesmo propósito mas de feição denunciante e acusatória: “Questões partidárias” (n.ºs 9, 10, 11, e 13, subintitulada, “Videirinhos”, “O Medo”, “Paiva Couceiro” e “Sentido!”), assinada por Arménio Monteiro, onde se causticaram os traidores à causa monárquica, se investiu o medo que favorecia a República, se elogiou Paiva Couceiro, se denunciou falsos líderes monárquicos e se renegou a possibilidade de participação dos monárquicos num governo de aliança. Ainda na mesma linha, “A. L.” assinou um artigo “A Obra da Restauração” (n.º 5), louvando o pensamento de Ramalho Ortigão e de Mariotte como bases para a restauração monárquica, e propondo-se uma série de entrevistas que revelassem o que deveria ser essa obra — entrevistas que não se realizaram. Finalmente, dentro deste propósito de congregação monárquica (talvez o eixo mais prometededor deste periódico, mau grado o seu insucesso), a vertente mais frutífera terá sido, possivelmente, o apelo frequente à entreatajuda entre monárquicos para valimento de correligionários em dificuldades, e a publicitação ao auxílio médico gracioso do Dr. Martins Grilo para enfermos sem posses.

3) Por fim, uma terceira linha editorial, decorrente do programa editorial e mais ligada à circunstância do tempo, em articulação estreita com as duas anteriores enunciadas: a veemente recusa de participação de Portugal na guerra. Feita

também em duas frentes — pela crítica à política republicana e pela instigação aos monárquicos para que não participassem do esforço governativo —, esteve presente, amiúde, ao longo dos 13 números d'*A Monarquia*, tornando-se mais relevante a partir da apreensão de navios alemães e austríacos surtos em portos portugueses (ao n.º 10), que culminou na declaração de guerra. Embora de curta duração, este destaque editorial é bem patente nos artigos “Finis” (n.º 11, transcrição de entrevista de Afonso Costa sobre a apreensão de navios e questionação das faculdades mentais do governante), “Governo Nacional? Abdiquem primeiro!” (n.º 12, instando o governo democrático a “abdicar”), “Os monárquicos não!” (n.º 12, recusando liminarmente a participação de monárquicos no governo de união que se avizinhava), “Questões partidárias : sentido!” (n.º 13, por Arménio Monteiro, reforçando a recusa do artigo anterior) e “Que faz o governo?” (n.º 13, “estupefação” perante a declaração de guerra e a reacção do governo português).

Pedro Mesquita

Lisboa, 13 de Setembro de 2011.

Bibliografia:

- FIGUEIRINHAS, Fernando, “Incursões monárquicas” [post de 11/08/2008] in *Geneall* [base genealógica online] [post consultável em http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=205146#lista, cons. em 13/09/2011].
- *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.
- LEMOS, Mário Matos e, *Jornais diários portugueses do século XX : um dicionário*, Coimbra: Ariadne Editora/Ceis20, [2006].
- *99 Anos de República em Portugal : alguns livros apresentados pela Livraria Manuel Ferreira, Alfarrabista*, Porto: Livraria Manuel Ferreira Alfarrabista, [2009] [disponível online em <http://www.livrariaferreira.pt/upload/documentos/332977-republica.pdf>, cons. em 13/09/2011].
- PIRES, Daniel, *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX, (1900-1940)*, Lisboa: Grifo, 1996.